



Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão de trinta de Janeiro do ano dois mil e vinte e quatro (30/01/2024)

----- Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu-se em Sessão Extraordinária a Assembleia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, no Edifício Rua da Casa do Povo, n.º 18, em Apúlia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

PONTO 1 – Autorização para a celebração de protocolo de cooperação entre a União de Freguesias de Apúlia e Fão com a Resulima para implementação do projecto-piloto Eco Lugares.

PONTO 2 - Discussão e votação do Plano de Atividades para o ano 2024.

PONTO 3 - Discussão e votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano 2024.

PONTO 4 - Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2024.

PONTO 5 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal.

----- Sendo vinte e uma horas o Presidente da Assembleia informou da existência de quórum para o funcionamento da mesma, com a presença da totalidade dos seus treze membros, designadamente, pelo PSD: Liliana Gaifém Ferreira, João Pedro Pires Morais da Silva Mota, Ivone Isabel Carvalho do Monte, Maria Filomena Rolo Moreira, Manuel Virgílio Soares Gomes e Francisco Sérgio Duarte Barbosa, pela LIPAF: Manuel Alberto Moreira de Melo, Sandra Amélia Fernandes de Oliveira em substituição de Josefina Oliveira Mendes Ribeiro, Ilídia Maria Moreira do Vale, Júlio Gabriel Ferreira Monteiro, e Fernando Joel Carvalho Faria, pelo PS: Ânia Martins Peixoto e Madalena Pedrinha Fontes, tudo conforme lista de presenças que se anexa:

LISTA DE PRESENCAS

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO

30 de JANEIRO DE 2024

NOME	ASSINATURA
Liliana Gaifém Ferreira	Liliana Gaifém Ferreira
João Pedro Pires Morais da Silva Mota	João Pedro Pires Morais da Silva Mota
Ivone Isabel Carvalho do Monte	Ivone Isabel Carvalho do Monte
Maria Filomena Rolo Moreira	Maria Filomena Rolo Moreira
Manuel Virgílio Soares Gomes	Manuel Virgílio Soares Gomes
Francisco Sérgio Duarte Barbosa	Francisco Sérgio Duarte Barbosa
Manuel Alberto Moreira de Melo	Manuel Alberto Moreira de Melo
Ilídia Maria Moreira do Vale	Ilídia Maria Moreira do Vale
Júlio Gabriel Ferreira Monteiro	Júlio Gabriel Ferreira Monteiro
Sandra Amélia Fernandes Oliveira em substituição	Sandra Amélia Fernandes Oliveira
Fernando Joel Carvalho Faria	Fernando Joel Carvalho Faria
Ánia Martins Peixoto	Ánia Martins Peixoto
Madalena Pedrinha Fontes	Madalena Pedrinha Fontes

----- Foi então declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia que passou à leitura da Ordem de Trabalhos e declarou que não está prevista a intervenção do público mas se alguém do público quiser intervir pode fazê-lo no final. -----
Antes da ordem de trabalhos o presidente da assembleia informou que recebeu uma carta registada do senhor presidente da junta com o seguinte teor:



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão:

Manuel Melo

Os meus cumprimentos.

No passado dia 21 de dezembro do ano de 2023, esta Junta de Freguesia, no cumprimento das suas obrigações legais, aprovou, com quatro votos a favor e um voto contra, o Orçamento, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades e Mapa de Pessoal para 2024 desta Freguesia.

Ainda no cumprimento das suas obrigações legais, esta Junta de Freguesia, remeteu a V. Exa. estes documentos para que fossem sujeitos a votação por parte da Assembleia de Freguesia a que preside.

Conforme edital por vós divulgado tomamos conhecimento da realização, no passado dia 30 de dezembro, da sessão ordinária dessa Assembleia de Freguesia, que incluía nos seus pontos 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ordem do dia a discussão e votação destes documentos.

Foi, por isso, com surpresa, que tomamos conhecimento que, tais documentos, por um ato unilateral de V. Exa., não sujeito a votação dos restantes membros desse órgão, haviam sido retirados da ordem do dia, ao arrepio do estabelecido na Lei 75/2013 de 12 de dezembro, que determina que a sua aprovação por parte das Assembleias de freguesia deve ocorrer até dezembro, do ano anterior a que dizem respeito (n.º 2 do artigo 11.º),

Face a esta decisão unilateral de V. Exa., e porque pretendemos dar cumprimento às nossas obrigações legais no que se refere à aprovação e envio às respetivas entidades dos documentos em apreciação, pelo presente vimos solicitar a V. Exa. que, no mais curto espaço de tempo, promova a sua submissão a votação por parte dessa Assembleia de Freguesia, sob pena de não o fazendo e chegando o fim do prazo fixado para o efeito, procedermos ao seu envio às respetivas entidades com menção da aprovação por parte desta junta e freguesia e fundamentação da falta de deliberação por parte do órgão a que V. Exa. preside, para que estas tomem conhecimento e determinem as medidas legais que cabem no presente caso. "

Apúlia e Fão, 22 de Janeiro de 2024

O PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Aldemair', followed by a horizontal line.

Rua da Casa do Povo, n.º 18 | 4740-047 Apúlia | Tlf: 253 982 460 | Email: jfapulia@sapo.pt
Rua Professora Ida Eiras, n.º 20 | 4740-378 Fão | Tlf: 253 982 143 | Email: freguesiadefao@gmail.com

NIF: 510 834 515



----- Relativamente a esta carta o senhor presidente da assembleia ao qual chamou à atenção do presidente da junta dizendo que este tem que ter mais respeito pelas instituições, porque o cidadão Manuel Alberto Moreira de Melo é o cidadão que é presidente da assembleia da União de Freguesias de Apúlia e Fão e o que vem na carta é que vem endereçada ao cidadão Manuel Alberto Moreira de Melo e a próxima vez que receber assim uma carta vai devolvê-la porque não foi endereçada ao presidente da assembleia. O presidente a junta quis esclarecer que são os serviços que endereçam a carta e tiveram instruções para enviar a carta e até se sente indignado com o teor do endereço. O Presidente da Assembleia declarou que tudo o que sai do executivo tem que ser supervisionado e se foram dadas instruções, foram mal dadas. Questionou se o presidente é responsável pelo conteúdo da carta ao que aquele declarou que sim. O presidente da assembleia prosseguiu e declarou que podia ter respondido à carta e esta assembleia não teria sido convocada, mas como tem mais responsabilidade do que o executivo pensa vai ler agora a resposta à carta enviada pelo presidente da junta, cujo teor é o seguinte:



Resposta do Presidente da Assembleia

Recebi por parte do presidente da junta de freguesia uma carta registada a solicitar a marcação desta assembleia para deliberação e votação dos documentos previsionais para o ano de 2024 (plano de atividades, plano plurianual, orçamento e mapa de pessoal).

Refere o senhor presidente da junta nessa carta, que na assembleia do passado dia 30 de Dezembro de 2023 “por um ato unilateral”, ou seja, só por minha vontade, não submeti a votação aqueles documentos e que por isso não cumpri o que está na Lei 75/2013 de 12 de dezembro.

Vamos lá esclarecer o seguinte:

Primeiro, a carta vem dirigida ao cidadão Manuel Alberto Moreira de Melo, que sou eu. Mas para além de cidadão, sou, como o senhor presidente da junta sabe, Presidente desta Assembleia de Freguesia e é nessa qualidade que a carta me é dirigida.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, caso o senhor Presidente da Junta não saiba, é o representante máximo de uma freguesia. Hierarquicamente é a figura de topo de uma freguesia. Acima do Presidente da Junta.

Portanto, há que respeitar essa hierarquia. Quando se dirige correspondência ao representante do órgão máximo desta freguesia, há que tratá-lo como tal.

Segundo, infelizmente, já se tornou habitual este presidente da junta apresentar realidades alternativas, que não têm correspondência com os factos, e empurrar a responsabilidade por erros do seu executivo para os outros.

As lições de comportamento, devolvem-se à proveniência.

Antes de acusar alguém, neste caso, o Presidente da assembleia de Freguesia de não cumprir os seus deveres legais, eu sugiro ao Presidente da Junta que vá ler as



obrigações legais do presidente da junta e restante e executivo – artigos 15 a 22 da Lei n.º 75/2013.

Como o senhor presidente da junta parece ter estado numa realidade alternativa, eu relembro que na sessão do passado dia 30 de dezembro de 2023, os documentos que o executivo apresentou para deliberação (plano de atividades, plano plurianual, orçamento e mapa de pessoal) não vinham assinados pelos 5 elementos que compõem o executivo.

Conforme se apurou na referida assembleia, o vogal Antonio Herdeiro foi impedido de assinar esses documentos pelo facto de ter votado contra. Não foi também apresentada a respetiva ata de aprovação destes documentos em reunião de executivo.

Aliás, agora, após termos conhecimento dessa ata, não pelo executivo, mas por parte do vogal António Herdeiro, ficamos a saber esses documentos nem sequer foram discutidos na reunião de executivo. Foram apresentados e imediatamente votados. É o que consta daquela ata.

Como uma das obrigações do Presidente da Assembleia é *“assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações”* (artigo 14.º, n.º 1, alínea e) da Lei 75/2013) e como o documento apresentado era irregular por falta de uma assinatura e havia dúvidas que o mesmo tivesse sido aprovado em reunião de executivo (porque não foi apresentada ata ou tão pouco foi esclarecido se efetivamente tinha havido reunião de executivo para sua aprovação), foi o mesmo devolvido ao executivo para regularização.

Tanto era irregular, que os documentos agora enviados para esta assembleia já contêm cinco assinaturas. Se os documentos anteriores estavam conforme a Lei, porque é que foi necessário enviar uma carta ao vogal do executivo António Herdeiro para assinar os documentos? E porque só aparece agora a ata de aprovação em reunião de executivo?

Quem é que não sabe o que nada a fazer?

----- No **PONTO 1 da Ordem de Trabalhos**, relativamente à Autorização para a celebração de protocolo de cooperação entre a União de Freguesias de Apúlia e Fão com a Resulima para implementação do projecto-piloto Eco Lugares. -----

O presidente da junta esclareceu que o documento foi devolvido na última assembleia para ser introduzida alguma alteração, perguntando se foi feita alguma alteração. Em resposta o presidente da junta disse que o documento não tem nenhuma alteração, que foram propostas as alterações aqui faladas e a Resulima respondeu à Esposende Ambiente que não havia necessidade. O presidente da Assembleia abriu então o período de inscrições para os esclarecimentos, tendo-se inscrito Ânia Peixoto pelo PS. No uso da palavra, Ânia Peixoto disse não ter notado alterações ao protocolo por muito estranho que seja porque o que foi proposto foi que renegociassem com a Resulima uma revisão de preços que faz todo o sentido que não tem interesse nenhum para a Resulima se bem que esta tem todo o interesse em fazer o protocolo. É certo que junta está agora a ganhar uma vantagem com este protocolo, mas quem temo interesse máximo é a Resulima. Relembrou ainda o que uma revisão de preços significaria em termos de receita arrecadada neste ano ou no próximo. Tendo em conta a taxa de inflação que em 2022 foi de 7,8 %, em 2023 foi de 4,3 % e prevê-se que em 2024 esteja por volta dos 3%. Tudo junto dá cerca de 15% desde 2021 que foi quando estes números apareceram pela primeira vez na junta com outro executivo. Com 15% de inflação, significa em vez de 30 € no vidro ganhávamos 34,50 €, em vez de 70 e na tonelada de cartão ganhávamos 85,50 €, em vez de 150 e por tonelada de plástico, ganhávamos 172,50 € e que isto faz diferença se tiverem uma estratégia e parece-lhe que não a têm porque questionou na última assembleia e falaram-lhe em sensibilização, mas que a sensibilização é difícil e já percebeu que não têm estratégia nenhuma para arrecadar a maior receita possível. Estes são os números e é preocupante que o executivo tenha cedido e não tenha negociado com a Resulima que é quem tem interesse em fazer este protocolo porque os ecopontos já estão no sítio. Em resposta o presidente da junta referiu que falar assim é tudo muito bonito mas a Resulima se quiser nem dá nada. Interveio o presidente da assembleia para referir que participou na escolha do lugar de Fão e desde já declara que a escolha atual foi um refúgio um empurrar para a frente, porque o executivo escondeu o ecolugares, não o mostraram à freguesia e esconderam-no num canto que que não será para somar mas sim para sumir porque papel, vidro e plástico ainda vão ter algum, mas metal não irão recolher sequer um quilo no sítio onde está colocado, porque todos os dias andam pessoas nos contentores a procurar metal e seria mais fácil que estivesse instalado num sítio onde pudesse haver mais passagem de pessoas para resguardar mais e denunciar certas situações. Acrescentou que o local



inicialmente indicado (atrás do cemitério de Fão) era uma local mais propício às pessoas passar e depositar o lixo. Disse ainda que se a junta está à espera de ganhar algum dinheiro, no sítio que escolheu foi esconder o ecoponto e facilitar o assalto ao ecoponto para tirar tudo o que for metal. Lamenta que não tenham sido seguidos os locais indicados pelo anterior executivo e fica triste por não ter sido escolhido um lugar mais abrangente e com maior visibilidade onde toda a gente passasse e visse e não escondido onde ele está não tem quase movimento nenhum. Em resposta o presidente da junta que referiu que o lugar em Fão é discutível e admite que não será o melhor, mas que o anterior executivo não tinha a garantia de dois lugares, um em Apúlia e outro em Fão e que foi uma luta muito grande para convencer os senhores que mandam a colocar um em cada uma das freguesias e que é a única União de Freguesias que tem dois. Acrescentou que o local onde ficou o de Apúlia, é em sua opinião muito melhor do que a primeira escolha do anterior executivo. Se o de Fão está melhor ou não é discutível mas a grande luta da junta foi que Fão fosse também contemplado, mas que vão sempre a tempo de o deslocar após algum tempo de teste e se não resultar no local escolhido tratarão de arranjar um sítio mais apropriado. Interveio o presidente da assembleia para dizer que das duas uma: não duvidando do que o presidente da junta está a dizer, mas que então o senhor presidente da Esposende Ambiente o Dr. Paulo Marques e o gestor da Resulima estão mentir porque o que foi previamente combinado com o anterior executivo foi um em Apúlia e um em Fão conforme estava já estabelecido em 2021, acrescentando que aqueles senhores estiveram presencialmente nos dois locais, em Apúlia e em Fão. O presidente da junta referiu que atendendo ao que o presidente da assembleia de freguesia refere e confiando nas suas palavras estas inverdades vêm dessas entidades. -----

----- Passou-se depois à **votação do Ponto 1** relativo à Autorização para a celebração de protocolo de cooperação entre a União de Freguesias de Apúlia e Fão com a Resulima para implementação do projecto-piloto Eco Lugares, o qual **foi aprovado por maioria, com sete votos a favor (do PSD e do Presidente da Assembleia) e seis contra (de quatro elementos da LIPAF e dois elementos do PS)**, após um empate inicial e do presidente da assembleia ter usado o seu voto de qualidade e ter declarado que por uma questão de coerência, que vota a favor porque Apúlia e Fão não podem ser prejudicados por erros cometidos por quem não sabe defender Apúlia e Fão. Entende que os interesses de Apúlia e Fão não foram completamente acautelados e parece que é uma empresa que manda em Apúlia e Fão. Mais declarou que quando os deveres da empresa não forem cumpridos que se denuncie o protocolo o quanto antes, porque este contrato não beneficia em nada Apúlia e Fão. -----

----- O PS apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votamos contra, não por estarmos contra um protocolo desta natureza mas pelas condições aqui apresentadas. Os preços propostos remontam a 2021 e a intenção é que se perpetuem. Propusemos na última assembleia que o executivo exigisse à entidade a inclusão de uma cláusula de revisão de preços baseada pelo menos na taxa de inflação anual que garantisse valores de receita a esta junta apropriados à conjuntura económica. A entidade que propôs o protocolo é a maior interessada neste processo. Este executivo não demonstrou capacidade de negociação uma vez que nos apresentam precisamente o mesmo protocolo que viemos aqui discutir em Dezembro e nem tão pouco sabem apresentar uma estratégia que garanta a maximização da receita com este protocolo. Não cremos que os interesses das populações de Apúlia e Fão tenham sido defendidos nem estão espelhados neste documento”*. -----

----- A LIPAF apresentou a seguinte declaração de voto: -----



DECLARAÇÃO DE VOTO PROTOCOLO RESULIMA:

O grupo de Cidadãos Eleitores LIPAF vota contra este Protocolo, que considera lesivo e oneroso para a Junta de Freguesia.

Trata-se da mesma versão apresentada na Assembleia do passado dia 30/12/2023, que não foi alvo de qualquer alteração, designadamente, de uma cláusula que previsse uma revisão de preços anual, tal como sugerido naquela assembleia.

O que demonstra da parte deste executivo um total desprezo pelas contribuições da oposição e pelos interesses da população desta União de Freguesias.

Não estamos aqui para fazer favores à Resulima, mas sim para buscar o melhor para a nossa freguesia. E este protocolo não é o melhor para a nossa freguesia.

Entendemos ainda que a localização escolhida para a implementação do Ecolugar em Fão não é a mais adequada aos objectivos deste protocolo.

Apúlia, 30 de Janeiro de 2024


Sandra Amélia Fernandes de Oliveira
Formosa Joel Carlos João
Juli Guilherme Gomes Pedro

----- O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: -----



Declaração de Voto

Autorização para a celebração de protocolo de cooperação entre a União de Freguesias de Apúlia e Fão com a Resulima para a implementação de projecto-piloto Eco Lugares

O Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Apúlia e Fão, vota favoravelmente a **Autorização para a celebração de protocolo de cooperação entre a União de Freguesias de Apúlia e Fão com a Resulima para a implementação de projecto-piloto Eco Lugares**, promovendo assim, a eficiência e a eficácia dos atos de gestão da Junta de Freguesia.

Apúlia, 30 de janeiro de 2024.

Sara Vanessa O. Freitas Palmeira

Liliana Gaudêncio Ferreira

Pedro Manuel Abreu H. J. Polito

Paulo Alexandre Teixeira

Irone Isabel Carvalho do Rêgo

Sara Vanessa O. Freitas Palmeira



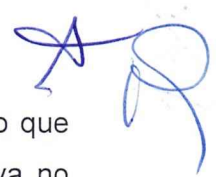
----- Passou-se depois ao **PONTO 2** - Discussão e votação do Plano de Atividades para o ano 2024, tendo usado da palavra o senhor secretário do executivo, Otilio Hipólito, o qual começou por referir que o documento já está na posse dos membros da Assembleia desde Dezembro e que não oferecerá grandes dúvidas e irá apenas dar alguns tópicos até para esclarecimento das pessoas que estão presentes. Continuou e disse que relativamente ao capítulo 2 e relativamente à questão da desagregação das freguesias referiu ser um tema que a junta irá continuar a acompanhar, que diz respeito a Apúlia e Fão, que representa a vontade das populações que pretendem a desagregação e o retorno às freguesias de Apúlia e Fão. Acrescentou que estarão atentos e qualquer ofício que venha da Assembleia da República para fazer chegar os documentos para que a proposta não seja rejeitada, aperfeiçoando-a para o destino final seja um parecer positivo por parte da Assembleia da República. Relativamente ao capítulo 3 que tem a ver com os serviços administrativos deu nota de três situações, a primeira, relativamente à delegação de competências, referindo que a câmara municipal pretende este ano proceder à transferência de competências, mas que ainda não lhes foi dito grande coisa. Irão no entanto, acompanhar a situação a par e passo, sendo certo que esta Assembleia de Freguesia terá conhecimento do protocolo e poderá proferir da sua justiça sobre o mesmo, salientando que o executivo só o poderá assinar havendo autorização da Assembleia de Freguesia para esse efeito. Acrescentou no tocante ao Plano de Atividades que pretendem até ao final do ano substituir em Apúlia a carrinha furgão por uma nova. Relativamente ao desenvolvimento económico deu nota que o novo mercado de Apúlia foi contemplado no orçamento da Câmara Municipal e que foi levada a reunião de Câmara mais um passo para a concretização deste projeto, no sentido de proceder à desafetação de uma parcela para ser integrada no futuro mercado de Apúlia. Além disso referiu que está previsto um projeto que entende estruturante para Apúlia o qual irão acompanhar e que é o pólo da Universidade do Minho denominado Mar do Minho – Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia da Marinha. Acrescentou que já este mês de Janeiro foi apresentado este projeto no auditório municipal e que houve uma visita às instalações, salientando que este é um projeto que a todos os apulienses e fangueiros, mas também a todo o concelho no geral, a ser concretizado, será uma mais-valia. Deu ainda conta da requalificação do Cruzeiro dos Mouros e a sua área envolvente, referindo que foi finalmente adquirido o terreno e em 2024 veremos esta obra a arrancar. No que se refere às Alminhas de Paredes, referiu que é objetivo do executivo concretizar esta obra e fazer obras na apela mortuária de Paredes. No que toca à educação, será para manter os serviços já prestados pela junta, no caso, o fornecimento de produtos de limpeza e higiene aos

estabelecimentos escolares. Continuar também a manter o serviço de ATL e o transporte do 1.º ciclo e do pré-escolar, apoiar as festas de natal e manter a oferta de um livro às crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo por altura do natal, continuar a apoiar as atividades das associações de pais e colaborar na manutenção e conservação destes edifícios em colaboração com a Câmara Municipal. No que toca à ação social e habitação, querem continuar a colaborar com a rede social e a loja social no apoio aos idosos e às famílias carenciadas. Relativamente à revisão do processo da estratégia local da habitação foram contactados para proceder a uma atualização da listagem que existe junto dos serviços sociais da câmara municipal e para relatar casos de pessoas que necessitem de habitação social. Querem retomar e manter a festa do idoso e a festa dos santos populares e retomar se for possível, a realização do almoço de natal dos idosos. No que toca ao capítulo da saúde, segurança e proteção civil, há uma questão premente que é o centro de saúde de Apúlia, referindo que continuam a reivindicar, a forçar e alutar para que as obras se concretizem. Acrescentou a propósito que saiu recentemente uma notícia segundo a qual a câmara terá assegurado financiamento no campo da saúde de sete milhões de euros, onde estará previsto os quinhentos mil euros para o centro de saúde de Apúlia. Referiu que irão continuar a acompanhar a situação com todo o cuidado e empenho que este executivo tem dedicado a esta situação. Uma outra questão tem a ver com a ampliação do cemitério de Apúlia que é outra das reivindicações da junta. No que toca ao ambiente, bem estar animal e energia, está previsto a instalação de postos de carregamento de carros elétricos e que consta também do orçamento da câmara municipal, um por cada freguesia. Continuarão a proceder, sempre que a câmara disponibilizar o serviço da retroescavadora, à limpeza das linhas de água. No que concerne ao protocolo da resúlima e a instalação do eco lugares, é algo que continuarão a reivindicar pela colocação de mais eco pontos. Continuarão a apoiar as associações de defesa do ambiente e dos animais. Relativamente ao urbanismo, rede viária e mobilidade, deu nota que a câmara municipal está neste momento com um concurso para um contrato da gestão da eficiência energética e acreditam que isso pode vir a ser uma mais valia o concelho e irão acompanhar esse processo, que será uma forma de poder rever todos os pontos de luz e de reivindicar a requalificação de diversas vias. Relativamente a juventude, associativismo, cultura, desporto e lazer esta junta de freguesia vai continuar a apoiar as associações dentro da sua disponibilidade financeira, bem como através da cedência de recursos humanos e materiais. Pretendem realizar a festa da cerveja e do marisco e a feira de artesanato em Fão, pretendem também realizar um arraial minhoto em cada freguesia, manter o apoio às comissões de festas, proceder à iluminação de natal nas duas freguesias,



promover a instalação de presépios nas duas freguesias e a comemoração do dia das vilas. -----

----- Foi dada depois a palavra a Ânia Peixoto, que começou por dizer que fazendo uma análise do primeiro capítulo de introdução lhe pareceu uma abordagem mais tenebrosa de toda a conjuntura, que até parece o fim do mundo. Depois no segundo parágrafo fala-se de dois momentos importantes, que são as eleições legislativas e as eleições europeias e isso são dois dias em 366. Depois, um cenário tenebroso, um ano cheio de adversidades mas que a junta vai superar. Avançando para o capítulo 3, quando falam de uma viatura tipo furgão, questionou se é do tipo furgão ou caixa aberta, ao que o senhor tesoureiro esclareceu que é do tipo furgão de 3 lugares. Relativamente à necrópole medieval das barreiras e dado que tal já constava no ano passado, questionou o que é que entendem por adequada requalificação. No que se refere às obras na capela mortuária de paredes, questionou de quem é a capela, porque estamos num Estado laico e geralmente as obras da igreja são feitas pela igreja e não pelo dinheiro dos contribuintes. Questionou também onde é que tencionam ter mais caixas multibanco, acrescentando que se não fosse a câmara municipal, nem o do BPI tinham recuperado, porque isto foi trabalho da câmara. Questionou se a instalação de mais caixas multibanco também será trabalho da câmara ou da junta. Salientou que a previsão de realização do almoço de natal dos idosos já estava o ano passado se possível e este ano já não diz se possível, referindo que é o último natal e estão a tentar dar a volta aos idosos e fechar um bocado os olhos às pessoas, porque a justificação até agora foi que não havia dinheiro e que havia uma dívida e tanto havia uma dívida que vocês “des-demitiram-se” e o almoço de natal ficou no ar. No que concerne ao processo de candidatura no âmbito da estratégia local de habitação apresentado pela câmara, já são mais sérios e só referem acompanhar, porque na realidade não fazem nada pelas causas. Relembrou que o executivo anterior ajudou na criação de condomínios para que as pessoas tivessem mais força para reivindicar junto da CME os telhados do Caldeirão, por exemplo e que isto é um trabalho mais ativo do que acompanhar. Quanto ao mural aos antigos combatentes, questionou onde é que tencionam ter este mural e quais combatentes já que não distinguem os combatentes da Primeira Guerra ou os combatentes da Guerra Colonial. No que se refere ao apoio monetário aos primeiros bebés do ano, referiu que nunca viu uma sessão pública a anunciar quem são, associada a algum evento, como se fazia antigamente associada aos dias de elevação a vila, porque é um momento dinâmico e de convívio com a população. Alertou ainda no que concerne à instalação de um sistema de videovigilância nos cemitérios, para a proteção de dados. Realçou que o posto de carregamento para veículos elétricos é um



trabalho a 100% da Câmara e questionou o local onde vai estar este posto. No que respeita à iluminação pública na ecovia do Cávado até o Caldeirão já constava no plano de atividades do ano passado e não se concretizou, lembrando que a revolta ir a Esposende e ver um soute cidadão no meio do nada e contar vinte candeeiros naquele espaço minúsculo e a câmara não vê valor em meter em Fão 20 ou 22 candeeiros num lugar com mais de 2 Km de extensão, muito frequentado. Em relação ao Largo da Sra. da Guia e Largo do Cortinhal questionou qual é a ideia da requalificação e se há algum projeto ou o que tencionam fazer. No que concerne às cedências para o reperfilamento da Rua das Pedreiras em Fão, questiona as zonas em que se pretendem as cedências e o que é que está a faltar naquela rua em termos de cedências. Ainda relativamente à instalação de semáforos no cruzamento da Avenida S. Januário com a rua Dr. Moreira Pinto e a Rua Escultor António Carlos Vila Chã Esteves, mais conhecido como cruzamento da farmácia, em Fão. Pergunta, a propósito, o que levou à identificação desta necessidade e se há algum estudo. Quanto à parte da juventude e associativismo e a previsão de um evento em Apúlia, questionou que evento é este e se são as jornadas gastronómicas, lembra que o ano passado disse que as associações não estavam interessadas no evento, pelo que questiona se as coisas mudaram e se já falaram com alguém. Perguntou também se há algum projeto para a construção de um auditório no edifício anexo à junta em Fão e quantos lugares sentados haverá no local.-----

----- Usou depois da palavra o membro Ilídia Vale, pela LIPAF, a qual começou por dizer que folga em ver que foram acolhidas algumas contribuições da LIPAF para este plano de atividades, mas salientou que na sua grande maioria este plano de atividades e como disse o Sr. Tesoureiro, são atividades normais e correntes da junta de freguesia e que não é nada de novo. Focando o capítulo 3 relativamente à transferência de competências que já vinham previstas no ano anterior no mesmo montante deste ano, questiona o que há de novo. No capítulo 4 relativamente às obras de manutenção da capela mortuária de Paredes questiona se as obras são a pintura que foi prometida durante a campanha eleitoral. No capítulo 5 quanto a retomar o almoço de natal dos idosos, lembrou que sempre foi um motivo de discussão nas assembleias porque o presidente da junta sempre se manifestou contra o almoço porque a junta não tinha nada que andara pagar almoços, mas 2024 é o último ano antes das novas eleições e portanto se trata de uma medida eleitoralista e cai quem quer. No capítulo 6 não vê qualquer alusão à abertura do centro de saúde em Apúlia e que relativamente a este tema já havia projeto, mas afinal ainda andamos aqui a pugnar pelas obras. Lembra, a propósito que foi criada a Unidade de Saúde Familiar Entremarés e que pessoalmente tem a convicção que Apúlia nunca mais vai ter Centro



de Saúde e espera enganar-se redondamente. Questionou se a projetada ampliação do cemitério de Apúlia se fará com os 8 mil euros que estão previstos no orçamento e que tal quantia dará para 2 sepulturas. Quanto á instalação de um posto de carregamento para veículos elétricos, frisou que um posto é manifestamente insuficiente para a dimensão da freguesia de Apúlia e que um posto já tem a freguesia de Curvos. No capítulo 8 quanto á requalificação do largo da Senhora da Guia e do largo do Cortinhal, questionou se não há obras mais prementes e que se vão fazer operações de estética. Questionou também se a verba de 120 mil euros que está prevista no orçamento é suficiente para a requalificação de todas as ruas e caminhos constantes do plano de atividades. Afirmou que é claramente um Plano de atividades irreal e que em sua opinião, não é nada. -----

----- Interveio depois o Presidente da Assembleia que referiu no tocante à desagregação de Freguesias, a junta tem que fazer chegar á comissão qualquer dúvida e esta reúne e decide para enviar o que for necessário e que enquanto a comissão não for extinta, tem de ser ouvida, não é o executivo que vai tratar de nada sem ouvir a comissão e espera que o executivo respeite a comissão enquanto estiver eleita. Quanto ás competências, se o protocolo for igual ao da Resulima, às migalhas, garantiu que irá ser chumbado e vai para trás. Reiterou que o executivo tem de ser forte a reivindicar aquilo que Apúlia tem direito. Questionou ainda quando é que o novo mercado será inaugurado, porque a obra nem sequer começou e nem sabe se irá arrancar. Quanto às alminhas de Paredes, lembrou que o terreno já foi comprado e foi feita uma propaganda política em maré de eleições e 3 anos volvidos, as alminhas continuam sem nenhuma intervenção, perguntando se não têm vergonha em falar nessa obra, porque já deveria estar feita. Salientou que a câmara não pode andar a comprar para propaganda como aconteceu com o Pérola que depois vendeu ao desbarato a um particular. Reiterou ainda que não devem prometer às pessoas aquilo que não conseguem fazer. Relativamente à habitação social, perguntou se a junta tem conhecimento das necessidades de uma família de Paredes que não foi contemplada com nada e nem sequer foi ouvida. Quanto ao Centro de Saúde de Apúlia, lançou o desafio de boicotar as próximas eleições do dia 10 de Março em Apúlia e Fão para mostrarem a indignação por não terem Centro de Saúde e que a junta tem de mostrar que está ao lado da população e mostrar aos senhores de Lisboa que não se brinca com as populações para se ganhar eleições. Acrescentou que não é o Centro de Saúde em 2025 que o vai fazer feliz, porque não tem de ir a Fão ou à Póvoa para ter um médico e que há 2 anos que não tinha uma consulta. Quanto ao carregamento de carros elétricos, o Sr. Vereador Sérgio Mano que tem como homem de palavra e que respeita, disse que quando em Esposende estiverem instalados, seria instalado um



em Cedovém. Relembrou os pontos de luz na Rua do Canal, no caminho das poças foi feito ao arrepio daquilo que é mais elementar e dos princípios mais básicos. Acrescentou que têm a Rua do Açude e a Rua do Pinhal que são dois acessos privilegiados para crianças e jovens caminhar até ao centro desportivo de apúlia, o campo dos sargaceiros e vão às escuras quando um senhor teve direito a luz pública, na rua do canal, desde o meio do pinhal até à porta do seu barraco no meio do pinhal e vai lá de vez em quando, pontualmente. Questionou quem foi que concedeu esse tipo de luz a esse particular, quando os jovens não têm luz pública nos acessos ao campo de futebol, referindo que alguém na Câmara meteu o pé na poça ou esse senhor tem muitos conhecimentos e conseguiu uma coisa que ele não consegue nem a junta conseguir. Relativamente às obras previstas para a Capela Mortuária de Paredes lembrou que a capela tem dono, que é a câmara municipal e a junta quando muito, zela por aquele espaço. Perguntou como é que a junta se propõe a fazer obras numa coisa que é da câmara e que será a câmara que vai pagar essas obras. Perguntou ainda se os bebés do anos já nasceram em Apúlia e em Fão. Relembrou que a obra da Senhora da Guia está contemplada no PARU e que a obra do largo do Cortinhal só pode avançar quando a obra da Senhora da Guia estiver concluída. -----

----- Em resposta, usou da palavra o presidente da junta que me respondeu ao membro Ânia Peixoto, referiu que relativamente à necrópole continuam a reivindicar o que há muito é pedido que é dar dignidade àquele espaço que tem uma riqueza patrimonial que se calhar no nosso concelho poucos sabem porque está pouco divulgado, acrescentando que tentam dar-lhe dignidade fazendo a respetiva limpeza. Relativamente à capela mortuária de Paredes, o Presidente da Assembleia deu a resposta, dizendo que é património da câmara. Quanto à caixa multibanco está previsto uma antes de virar para a Ascura na Avenida da Praia e outro em Fão, no Centro de Saúde e estará para muito breve se as coisas não falharem. Quanto ao almoço de natal do idoso, referiu nunca ter sido contra, simplesmente é muito pragmático e se não há dinheiro, não há festas e há coisas mais importantes como liquidar e pagar a quem se deve e infelizmente há muita gente e muita dívida ainda para pagar. A estratégia local da habitação é um projeto comunitário que se calhar e lamentavelmente, vai demorar muito a ser posto em prática. Acrescentou que a nível dos blocos habitacionais está previsto a cobertura em Apúlia, o revestimento em capoto e as caixilharias em alumínio e vidros duplos. Referiu que está também em projeto elevadores exteriores. Quanto ao memorial ao ex-combatente, a câmara provavelmente irá fazer um mais uma vez em Esposende que é para homenagear os combatentes do concelho todo e que estão em fase de negociações. Quanto ao bebé do ano disse não irem atrás do mediatismo e que têm vindo a atribuir o prémio como



vinha sendo atribuído. Quanto ao posto de carregamento dos carros elétricos referiu que ainda naquele dia falou com o vereador Sérgio Mano sobre o assunto e que ainda está na fase da discordância relativamente a umas questões. Relativamente aos candeeiros, referiu haver um plano energético e que está previsto pela EDP desde o clube náutico de Fão até ao Caldeirão e pensa estar incluído o Largo do Cortinhal pelo menos as colunas, salientando que desde o Caldeirão até à ponte será tudo substituído, colunas e armaduras, do lado nascente da ponte só as armaduras é que serão substituídas reaproveitando-se as colunas e depois onde faltam colunas desde a pousada até ao Caldeirão, levará novo. Salientou ainda que o projeto já terá ido a concurso e será obra para acontecer este ano. No que concerne ao Largo da senhora da Guia e ao largo do Cortinhal são requalificações que estão a ser alvo de estudo assim como a rua das Pedreiras. Quanto ao cruzamento da farmácia, entendem que é um local perigoso e além da melhoria significativa que lá se fez, entendemos que ali assim como no cruzamento quem vai para a Rua Serpa Pinto mereceria sinalética desse género, salientando que sabem que é muito difícil porque engloba infraestruturas de Portugal, mas que têm que tentar. Referiu também que o evento que está previsto para Apúlia não são as Jornadas Gastronómicas, mas outra situação, talvez Santos Populares, talvez de outra formam, as que não vai ser as Jornadas Gastronómicas que já foram acabadas com o anterior executivo e esta junta não vai mais voltar até porque perceberam que Apúlia não quer e comprovadamente em números do passado e era uma ruína para esta União de Freguesias. Quanto ao auditório da junta de Fão já há um projeto que acredita não ser atual, acrescentando que já o viu e que não concorda muito com a situação porque não deverá deixar de haver ligação ao existente em cada piso, à junta de freguesia ou antigo museu e que não será para este mandato. Em resposta ao membro Ilídia Vale referiu que a pintura da Capela Mortuária pelo menos deverá realizar-se que foi efetivamente prometida pelo presidente da Câmara em cima do Palco, porque ele (presidente da junta) não falou nada disto, mas que se fizerem a pintura, estão a cumprir. Quanto ao Centro de Saúde, salientou que sempre disse que se houver algum indício que não vão ter Centro de Saúde, o que não é o caso, estava disposto a ir para a linha da frente e irá mas quando perceberem que realmente Apúlia irá ficar sem centro de saúde, Salientou no entanto que ainda esta semana entrou o projeto da autoria do arquiteto Manuel Abreu e estará em condições de o apresentar se o fornecerem na junta. Referiu ainda que a ampliação do cemitério justifica-se porque já não há espaço para concessionar e é uma situação urgente, porque mais um ano e não haverá onde sepultar as pessoas. Quanto à requalificação do cortinhal referiu que com certeza haverá coisas mais urgentes. No que concerne à requalificação das várias ruas, referiu

que o dinheiro terá de vir da câmara, porque a junta de freguesia não tem nem nunca teve e as obras que fez no passado foi sempre a câmara a pagá-las. A junta tem agora o protocolo dos 60 mil euros, 30 mais 30, e à semelhança do que aconteceu crê no ano de 2019, lançou concurso para fazer pequenas intervenções pontuais quer em Apúlia quer em Fão, acrescentando que o valor está mais ou menos repartido. Em resposta ao presidente da assembleia, referiu que a transferência das competências não tem nada a ver com o protocolo com a Resulima e que vão trabalhar para sempre terem mais valor junto da câmara municipal. Quanto ao mercado de Apúlia referiu que já viu o projeto e diz não saber de pormenores de terrenos ou permutas, mas que há um projeto feito e que a obra arrancará. A obra do Cruzeiro dos mouros estará para começar e a comunidade de Paredes terá uma palavra a dizer acerca da localização do cruzeiro. Quanto às alminhas não haverá problema, o projeto está elaborado, é uma obra relativamente pequena e não haverá dificuldade em executá-la. -----

----- Usou depois da palavra o Presidente da Assembleia para questionar o presidente da junta se este tem algum problema com o grau académico da Dra. Ilídia, porque trata o Dr. Otilio e não senhor Otilio e à Dra. Ilídia trata por senhora Ilídia, assim como a si próprio trata por senhor Manuel Melo, quando é presidente da assembleia, salientando que ele o trata por senhor presidente e não por Valdemar Faria. Em resposta o presidente da junta referiu que o faz sem maldade e não tem nenhum problema de tratar a Dra Ilídia por Dra., acrescentando que o senhor Armando solinho já evitou pronunciar o seu nome e o Presidente da Assembleia nada fez e deveria ter sido chamado à atenção, ao que o presidente da assembleia referiu que se o fez, não deveria ter feito. O presidente da junta referiu então que para ficar claro, não tem problema nenhum em tratar a Dra. Ilídia Vale por Dra. Ilídia Vale e que a ser assim então o presidente da assembleia também deveria tratar o membro Ânia Peixoto por Dra. ao que o presidente da assembleia disse desconhecer o grau académico daquela. -----

----- Findas as intervenções, passou-se á votação do Plano de Atividades para o Ano de 2024, o qual foi **aprovado, com 6 votos a favor por parte do PSD, 3 abstenções do PS e do Presidente da Assembleia (LIPAF) e 4 votos contra dos restantes membros da LIPAF.** -----

----- O PS apresentou a seguinte declaração de voto: -----
----- “ *Um plano de atividades é um plano de intenções e a sua execução depende da capacidade de quem se propõe executá-lo. Abstemo-nos porque estamos de acordo com algumas propostas aqui apresentadas mas é só isso, porque não acreditamos que o executivo seja capaz de executá-las à semelhança do que aconteceu nestes últimos anos*”. -----

----- A LPIPAF apresentou a seguinte declaração de voto: -----



DECLARAÇÃO DE VOTO PLANO DE ACTIVIDADES 2024:

Este Executivo vai já no terceiro ano aos comandos da Junta de Freguesia e continua a não apresentar nada de novo.

Mais uma vez não estão previstas quaisquer obras estruturantes. Não há investimento.

Este Plano de Atividades prevê apenas aquilo que é uma gestão corrente da junta de freguesia.

Apúlia e Fão merecem muito mais do que aquilo que este executivo se propõe fazer.

Apúlia, 30 de Janeiro de 2024

Alu
Sandra Amélia Fernandes de Oliveira
Fernando Joel Corralho Espino
Juli Guilherme Faria Faria

----- O Presidente da Assembleia justificou a sua abstenção dizendo que houve algumas contribuições da LIPAF que foram aceites e daí o seu voto no sentido da abstenção. -----

----- O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: -----



Declaração de Voto

Plano de Atividades para o ano de 2024

O Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Apúlia e Fão, **vota favoravelmente a Proposta de Plano de Atividades para o ano de 2024**, por entender que reflete a estratégia da Junta de Freguesia para o desenvolvimento dos nossos territórios, importando destacar que, apesar dos constrangimentos inerentes à capacidade de financiamento das freguesias, é representativo da ambição do executivo para concretizar as suas políticas e a realização de obras estruturantes para as nossas freguesias em colaboração com o Município de Esposende.

Apúlia, 30 de janeiro de 2024.

Sor Pedro Pires Pires, Sr. DA
Liliana Garfém Ferreira
Pedro Manuel Alves Hipólito
Paula Alice Teresa Pereira
Inês Isabel (Correia do Norte)
Sara Vanessa O. Freitas Palmeira

----- Passou-se em seguida ao **ponto 3: Discussão e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2024**, documento que fica anexo à presente ata e o qual foi previamente disponibilizado pelos membros da Assembleia. -----

----- Usou da palavra o senhor Tesoureiro Otílio Hipólito para fazer a apresentação do orçamento, que começou por dizer que se trata de um documento importante para o funcionamento da junta de freguesia e que faz uma abordagem não tenebrosa mas realista. Que todo o panorama fala de incertezas e a junta de freguesia e mesmo toda a comunidade apuliense e fangeira e mesmo a população em geral não fica completamente afastada deste quadro de incerteza que vivemos e esmo as eleições sendo apenas dois dias no ano não deixam de ser um momento político relevante. Relativamente ao orçamento especificou que o mesmo, quer na despesa quer na receita atinge ou ultrapassa os 930 mil euros, tendo passado depois a uma explicação de algumas rubricas quer da receita, quer da despesa, notando que se trata de um documento previsional. Após esta explicação, foi dada a palavra aos membros da Assembleia para tirarem as suas dúvidas ou pedirem explicações. -----

----- Usou da palavra o membro Ânia Peixoto que começou por abordar as receitas e referindo-se à festa do marisco notou que há um aumento de 38 mil euros em relação às previsões do ano passado, questionando o que é que vai mudar que justifique este aumento de receita. Aproveitou para colocar a mesma questão relativamente à despesa em que se prevê um aumento de 30 mil euros na despesa. Questionou depois o valor de 7 mil euros orçamentados para o autocarro de Apúlia, referindo que houve um pedido de apoio da junta de várias faturas relativas à manutenção deste autocarro, pedido à câmara municipal, que algumas faturas não eram de manutenção mecânica típica com um valor excessivo, questionando primeiro acerca do que se passou no autocarro para ter havido tanto dinheiro gasto nele, que foram cerca de cinco mil euros de apoio da câmara e depois, como estão a orçamentar sete mil euros para o autocarro de Apúlia e apenas mil para o de Fão, se é expetável que haja os problemas que houve este ano. Questionou depois relativamente à verba de dois mil euros orçamentada como despesa para o Chafariz do Largo Comendador Correia Leite, que lhe parece excessiva, dizendo ainda que não sabe em que estado estão as negociações dos sessenta e tal mil euros que tinham para pagar de dívida de eletricidade, acrescentando que dois mil euros é sempre dois mil euros a mais de custo que aquilo devia dar. -----

----- Usou depois a palavra o membro Sandra Oliveira que começou por referir que neste orçamento não viu em lado nenhum os 650 mil euros do Pérola, que o senhor presidente lhe garantiu que aquando da venda do Pérola, o dinheiro seria investido cá na freguesia e esses dinheiro seria quase a totalidade do orçamento. Abordou depois

a questão dos quarenta mil euros referida pelo senhor tesoureiro, como apoios que vinham da câmara que não conseguia inserir noutra sítio e que gostava que a apresentação deste orçamento viesse discriminada. Questionou depois o valor da concessão de sepulturas em Fão que passa de cinco mil para onze mil. No que respeita ao cemitério de Apúlia notou que se prevê que a câmara irá transferir um valor de 8 mil euros em 2024 e de 24 mil euros em 2025. Falou depois da rubrica das remunerações certas e permanentes em que se prevê uma despesa de mais de setenta e três mil euros e o regime de avença passa para 15 mil euros. Notou que em 2025, o valor da rubrica D1. 01.01.06.01 (pessoal em funções) passa de 71 mil euros em 2024 para 35 mil euros em 2025, perguntando se a junta vai despedir funcionários. Notou depois que na rubrica D1.3, as despesas com a segurança social não são proporcionais ao aumento dos salários e se se prevê aumentar tanto a despesa em salários, a despesa na segurança social e na caixa geral de aposentações tem que ser proporcional. Notou ainda que o valor previsto para o seguro de acidentes de trabalho passa praticamente para o dobro e devido ao aumento dos salários, entende que os seguros tenham que acompanhar e também passem para o dobro e depois no ano de 2025 passarão outra vez para metade. Referiu ainda que o valor dos 1.800 euros previsto para as senhas de presença é insuficiente, porque já foram realizadas neste mandato 13 assembleias e prevê-se mais 3 este ano, num total de 17 e sendo 13 membros desta assembleia e se cada um tem direito a receber pela sua presença 15, 27 €, dá um total já em dívida de 2.580,63 €, mais 794,04 € até ao final deste ano, seriam 3.374, 67 €. Acrescentou que para quem disse na última assembleia que até iriam pagar as presenças do mandato do PSD que ficaram em dívida durante 4 anos, como pode só orçamentar 1.800 euros. Perguntou se as senhas dos membros do executivo também estão nesta rubrica. Na rubrica D.2, aquisição de bens e serviços tem duas vezes o autocarro de Fão e duas vezes o autocarro de Apúlia com valores diferentes, tendo o senhor tesoureiro explicado que eram os combustíveis. Na rubrica dos artigos honoríficos e de decoração está previsto 1.700 euros e o material de educação de cultura e de recreio aumentou para 4.500 euros, perguntando a que é que se deve. Notou também que o valor do Largo Comendador Correia Leite aumentou muito em relação ao ano passado, questionando se se trata do chafariz. Referiu-se ainda que a conservação de bens aumenta para mais do dobro num total de 8.100 euros, a representação dos serviços mil euros, deslocação e estadas setecentos euros, questionando a que se refere. Deu ainda conta que nunca se tinha apercebido que esta junta de freguesia gastava vinte e dois mil euros entre a contabilista, a datamind e outros serviços especializados, os quais subentende que é os serviços da retroescavadora que por vezes é solicitada para os serviços no



cemitério. Quanto às outras despesas correntes, os impostos e taxas pagos pela autarquia passou de cem para dois mil euros e fica contente porque se calhar vão declarar mais justo o que faturam na festa do marisco, por isso vai dar mais iva a pagar. Os serviços bancários passaram de quinhentos para mil e acha muito. Em relação aos 120 mil euros que prevê gastar para reabilitar as ruas, espera sinceramente que sejam utilizados e gostava que lhe explicasse onde, quando e quanto gastou dos sessenta mil do ano de 2023. Por último, verificou que o valor inscrito na receita de 2024 é muito superior à de 2025 e pergunta se ainda não se debruçaram no ano de 2025. -----

----- Interveio depois o membro Ilídia Vale, que começou por referir que a maior parte das questões que tinha para colocar já foram abordadas, mas fixou à pouco o senhor tesoureiro falar numa rubrica de taxas de justiça e pretende saber que taxas de justiça são essas, porque as taxas de justiça geralmente estão associadas a algum processo judicial. -----

----- Interveio por fim o presidente da assembleia que começou por notar que o senhor tesoureiro invoca sempre as dificuldades e pergunta se as transferências do FEF vão ou não ser feitas ou se as transferências da remuneração do senhor presidente da junta também não vão ser feitas, porque anunciam a vinda do diabo e o diabo nunca aparece e este governo tem um orçamento que está em foi aprovado e que está ser executado e que o executivo inventa dificuldades. Quanto à transferência de competências da câmara municipal referiu que o preço já está definido, que aproveitem o trabalho que foi feito pelo anterior executivo, que ajustem à realidade e em consideração da inflação e o aumento dos preços e a junta não sai a perder, porque o documento já está todo trabalhado e bem feito e bem elaborado ponto a ponto relativamente às exigências à câmara no que respeita à transferência das competências para a União de Freguesias de Apúlia e Fão. Relembrou que na altura o valor era para 270 mil euros e se for ajustado à realidade já vai para trezentos e tal mil e que não devem ter medo de pedir. No que respeita à remuneração do executivo, pede que sejam solidários com esta assembleia e enquanto a assembleia não receber, o executivo também não deve receber porque só assim há justiça e harmonia entre todos e quando pagarem a uns, paguem a todos. A questão das taxas de justiça se há um processo o executivo escondeu desta assembleia, meteram um processo na GNR contra desconhecidos ou incertos e esta assembleia não é tida nem achada. Relembrou que na última assembleia na informação escrita não consta nada sobre esse processo em curso e afirmou que o executivo tem de informar a assembleia de todos os atos da gestão corrente, acrescentando que se têm que pagar taxas de justiça é porque não vão ter razão. Quanto á caução do cemitério de Apúlia, o

executivo enquanto zelador dos interesses de Apúlia deve reparar como está o cemitério novo, desde a capela, as casas de banho e em volta das sepulturas e se forem feitas bem as contas, a caução já não existe, porque os senhores têm que reparar esses problemas, para além das fugas de água constantes ao longo dos anos e se for fazer bem as contas, eles já não têm que receber um tusto. Que tem que ser feita uma vistoria com rigor por um técnico da câmara, o Sr. Engenheiro Durval, e eles não têm que receber nada, mas sim pagar à junta de Apúlia o mal que fizeram naquele cemitério, dizendo ainda que o executivo não deve ter medo de defender os interesses de Apúlia. Acrescentou que não tem problema nenhum em dizer que a caução foi gasta nesta União de Freguesias de Apúlia e Fão, que não foi gasta com ele próprio nem com nenhum dos que estavam com ele no executivo. Quanto à venda das sepulturas que estão sempre a ameaçar e a falar em surdina às pessoas, a enxovalhar quem lá esteve o anterior executivo, refere que o dinheiro da venda das sepulturas era recebido pelos serviços da junta que transferiam ou metiam o dinheiro na conta e sugeriu que sigam o rasto desse dinheiro a ver se estava em alguma conta do Luis Peixoto, na dele próprio (presidente da assembleia) ou de quem estava no executivo. Pediu para serem justos com aquilo que é a verdade e que não façam de conta por trás vão para o cemitério dizer “eles venderam não sei quantas sepulturas”. Prosseguiu questionando quantas sepulturas vendeu este executivo desde que tomou posse, já que não tinha nada para vender. Ainda quanto à questão da caução do cemitério, disse que não tem medo de falar dessa questão porque não recebeu nenhum. Acrescentou que este executivo vendeu o autocarro e já ficou com dinheiro para pagar a caução, mas guaram o dinheiro e gastaram-no conforme quiseram e lhes apeteceu, na União de Freguesias de Apúlia e Fão e não com qualquer membro deste executivo. Alertou ainda para que não se fale de coisas que não são verdade, porque não há nada que não se saiba e que falam de mais, falam muito e depois as pessoas comentam. Continuou dizendo que qualquer dia perde as estribeiras e em público no sítio certo deixa-os ficar no sítio que merecem, porque falam muito que “eles venderam tudo”, mas o executivo tem vendido muitas sepulturas. -----
----- Foi dada então a palavra ao executivo para responder ao teor das intervenções anteriores, tendo usado da mesma o senhor tesoureiro, Otílio Hipólito, que começou pela intervenção do membro Ânia Peixoto e relativamente ao aumento da festa do marisco referiu que já tiveram essa discussão em junho quando houve uma alteração modificativa e houve um aumento quer da receita quer da despesa da festa da cerveja e do marisco e nessa altura todas as explicações já foram dadas. Acrescentou que os valores que constam do orçamento até serão mais baixos do que a aludida alteração modificativa. Em termos de comparação informou que têm para a festa da cerveja e do



marisco, em termos de despesa 130 mil euros. Em 2018 a previsão do orçamento para a festa da cerveja e do marisco era de 155 mil euros, 15 mil euros mais alta do que a previsão deste executivo. Acrescentou ainda que tendo em conta o aumento da inflação e dos preços, o facto das pessoas terem mais dificuldades e mesmo que digam que o diabo não veio - expressão que ele nunca utilizou, a verdade é que o diabo, estamos a passar por tempos difíceis, veio uma pandemia, veio a inflação, as pessoas queixam-se da subida dos juros e a verdade é que nesta festa apresentam um valor mais baixo do que aquele de 2018 onde as condições económicas eram completamente distintas e muito mais favoráveis do que agora. Relativamente aos sete mil euros do autocarro de Apúlia, a junta cedeu o autocarro para fazer um serviço nas jornadas mundiais da juventude e infelizmente houve um acidente que ocasionou faturas de reparação de valores bastante altos que atingiam os quatro mil euros ou até passavam. Além disso, mais a revisão e outras faturas relativas à manutenção, perante isso, pediram esse apoio à câmara. Esclareceu que quando estavam a fazer este orçamento ainda tinham essas faturas por pagar e por isso é que os sete mil euros que estão previstos. Relativamente ao chafariz, reiterou que são previsões e que tinham uma dívida de cerca de setenta mil euros e entretanto foram emitidas notas de crédito para anular o valor daquelas faturas e que de acordo com o contrato novo que fizeram estão a prever aquele valor, mas reiterou que é uma previsão. Relembrou que já em questões colocadas em assembleias anteriores sobre as previsões dos anos seguintes (t+1; t+2; t+3; t+4), esclareceu que não devem ser tidos em consideração porque o programa utilizado automaticamente o faz. Em resposta ao membro Sandra Oliveira e no que toca à questão da venda do Pérola, a receita é da câmara e por isso tem que estar refletido no orçamento da câmara, que quem procedeu à venda do Pérola não foi a junta e coisa diferente é as palavras que o presidente da câmara disse que esse dinheiro seria investido na freguesia de Apúlia. Neste momento interveio Sandra Oliveira para dizer que o presidente da junta lhe garantiu em assembleia que esse dinheiro vinha para Apúlia ao que o senhor tesoureiro reiterou que o Pérola foi vendido pela câmara. Sandra Oliveira disse que isso está certo, mas que nunca se comprometeria a dizer que traz dinheiro para a sua terra se não manda nesse dinheiro. Interveio o presidente da junta para dizer que como está a ser alvo de uma acusação, quer esclarecer o assunto. Sandra Oliveira reiterou então que numa das assembleias questionou o senhor presidente da junta se por acaso o Pérola fosse vendido a um particular por 650 mil euros e está escrito em ata, se ele estava em condições de garantir que esse dinheiro era aplicado nesta freguesia de Apúlia e o presidente da junta disse que sim e agora está a dizer que Sandra Oliveira está a atentar contra o bom nome dele. Interveio então o presidente

da assembleia para dizer que a questão é fácil de esclarecer, é só verificar a ata em questão. O presidente da junta referiu que dessa verba da venda do Pérola já foram cem mil euros para a Ascra para a compra do terreno e que está previsto trezentos ou quatrocentos mil euros para as obras do salão paroquial e para o mercado municipal. Prosseguiu na sua intervenção o senhor tesoureiro e referiu que terá em conta na apresentação das contas de gerência a especificação da rubrica "outros". Quanto ao valor do cemitério de Fão que subiu para os onze mil euros, esclareceu que este valor foi trabalhado em função dos valores que foram recebendo em 2023, exemplificando que venderam duas capelas (jazigos) em Fão no valor de 5 mil euros cada uma e daí o valor previsto no orçamento, que apesar de ser previsões, tem alguma sustentação. Relativamente aos seguros de acidentes de trabalho, referiu que aumentaram de valor e que não tem nenhum problema em admitir e dizer que nem todos os seguros foram pagos em 2023, esclarecendo de imediato que o seguro está pago pelo mediador, que adiantou o valor e que a junta tem de regularizar e que está referido na conta de gerência. No caso das remunerações, explicou que as remunerações do executivo estão incluídas no valor de vinte oito mil euros, estando incluído neste valor as remunerações em atraso do executivo. Explicou ainda que na rubrica remunerações certas e permanentes estão incluídos os titulares de órgão de soberania e membros dos órgãos autárquicos, o pessoal em funções que inclui duas técnicas superiores e um assistente técnico que subiu de categoria e além de todos os outros colaboradores, foram admitidos outros dois funcionários para os quadros. No que toca ao pessoal em regime de tarefa ou avença estão incluídos vários colaboradores que prestam serviços a recibos verdes e não só, acrescentando que existem colaboradores que prestam serviços e já pediram para passar recibos verdes e que já pensaram em terminar com essa situação que já vinha desde o anterior executivo. Esclareceu ainda que a maior fatia desse valor prende-se com o funcionário Cardoso, que há valores em atraso já de anos anteriores e que colocaram na rubrica dos quinze mil euros. Ainda neste ponto acrescentou que relativamente ao subsídio de refeição e subsídio de férias e de natal, têm duas divisões, uma só referente a esse quadro e outra relativa aos CEI +. O subsídio de refeição está na rubrica "famílias". No que concerne à segurança social disse que de acordo com os valores que apresentaram á junta, corresponde ao montante constante do orçamento e que já está previsto uma atualização dos valores. Esclareceu que é um serviço que é prestado pela Datamind que faz acessória à junta. Sandra Oliveira referiu então que o estranho é de um ano para o outro aumentou muito pouco na segurança social e na Caixa Geral de Aposentações e a base salarial aumentou muito. O senhor tesoureiro esclareceu que o quadro fático é o que consta do orçamento de 2023 e acredita que o que está



refletido no orçamento de 2024 com uma atualização, são os montantes aí indicados. Sandra Oliveira referiu então que se a segurança social estiver em dia, aqueles valores estão certos, mas que devam cerca de 7 meses à segurança social, ao que o senhor tesoureiro afirmou que na segurança social está tudo pago. Relativamente às senhas de presença é intenção do executivo pagar e que o valor previsto no orçamento está de acordo com a previsão de quatro assembleias anuais. A questão dos artigos honoríficos é uma rubrica que vem do passado e que sempre existiu, mas que nunca gastaram nada, é só para ter a rubrica aberta. Esclareceu que na rubrica de decoração, incluíram as bandeiras e as peças decorativas de Fão. Na rubrica da despesa conservação de bens no valor de 8100 euros está incluída a limpeza do cemitério de Apúlia, sendo que o de Fão ainda não foi pago. Na rubrica representação e estadas está incluído a via verde dos autocarros. Esclareceu que a representação de serviços é para o caso do presidente da junta ou o presidente da assembleia fizer alguma deslocação em representação da assembleia, mas apesar de estar a rubrica aberta, nunca foi utilizada. Relativamente a estudos, pareceres e consultadoria estão incluídos os serviços prestados pela Datamind que são seis mil euros. Os outros trabalhos especializados referem-se à contabilista, ao site, aos serviços prestados pela retroescavadora. No que se refere à taxa de justiça, a junta detetou uma situação, falaram com uma advogada e entregaram o processo penal que está em segredo de justiça e que por isso entendem que não têm que prestar essa informação e que nesta rubrica também estão os honorários do advogado que contrataram. As taxas e impostos pagos pela autarquia referem-se ao iva, os serviços bancários aumentaram porque agora pagam comissões, transferências e este ano pelo menos na CGD procederam a uma alteração á conta e passaram a ter por mês o direito a sessenta transferências gratuitas sem pagamento de qualquer comissão, referindo que quando apresentarem as contas de gerência espera que esse valor não seja o que foi previsto. Informou também que o BPI não cobrava comissões e que este ano cada transferência custa mais de um euro, dizendo também que apesar de discutido o assunto, ainda não encerraram a conta do BPI. Relativamente aos sessenta mil euros que vieram da CME, referiu que estão a tratar do procedimento concursal que já está pronto e que a obra já foi adjudicada a uma empresa e durante o presente ano acreditam que irão iniciar a reparação de diversas vias. No que toca à intervenção do senhor presidente da assembleia, referiu que é inegável que as pessoas sentem as dificuldades no dia a dia e a junta não consegue fugir a isso. No entanto, ano após ano têm conseguido levar o barco a um porto seguro, ultrapassando as dificuldades e estão a regularizar muitas situações. Quanto à questão das transferências, confirmou que o trabalho já está realizado, que o documento consta de uma pasta de arquivo,



mas que desde que este tema veio para cima da mesa, mesmo com todo o trabalho que foi feito, os anos foram passando e a delegação de competências nunca foi concretizada, desconhecendo os motivos para que nunca tenha acontecido e se pediam 200 ou 250 mil não sabe a razão por que é que a câmara, mesmo estando o trabalho todo devidamente feito, nunca transferiu e que terá que perguntar e questionar a câmara municipal, mas se durante estes anos todos não sucedeu, acreditam que neste mandato vão e que querem defender os interesses de Apúlia e de Fão e querem obter o melhor protocolo possível e o melhor valor. Relativamente às senhas de presença, referiu que também têm senhas em atraso e a ser justos têm que estar todos com as senhas em dia. No que se refere à questão das cauções, informou que já foi feito o auto de vistoria, todas as patologias detetadas no cemitério, a empresa assumiu e reparou-as e que mesmo que digam que a empresa não tem direito à caução pelo mau serviço que foi prestado, a empresa pode colocar a junta em tribunal para exigir este pagamento e assim mais taxas de justiça a junta vai ter que pagar, mais um advogado que vai ter que contratar. Acrescentou que a junta de freguesia é uma pessoa de bem, tenta resolver as coisas a bem e que trabalham para resolver os assuntos e não para criar ainda mais problemas e que vão custar ainda mais ao erário público. -----

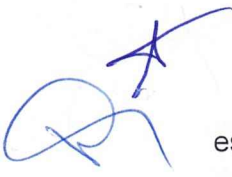
----- Finda esta intervenção, o presidente da assembleia referiu que quando o senhor tesoureiro falou da festa do marisco, tem* que se ajustar à realidade. Esclareceu que antes da pandemia, tinham mil lugares sentados em Fão e a atual junta tem quinhentos, pelo que não podem comparar o que é incomparável. Quanto ao autocarro, esconderam da assembleia que o autocarro teve um problema que foi grave e que a junta não teve dinheiro para o reparar, questionando se foi na ida às jornadas da juventude ou ao preço certo a Lisboa. Perguntou ainda se a junta pode adjudicar obras no valor dos sessenta mil euros à mesma empresa e se na Avenida S. Januário já está paga a caução. Relativamente ao assunto da transferência das competências referiu ser usual as câmaras estagnar as juntas, tê-las na mão para andar a migalhas, acrescentando que não querem transferir as competências para não dar autonomia às juntas para as juntas poder sobreviver, trabalhar e executar, exemplificando que Apúlia e Fão é um mini município e que não é com o valor da câmara e do FEF que a junta consegue sobreviver. Acrescentou que andam a servir as câmaras com eles na rua com a bandeira às costas e que se não concorda não deveria andar de bandeira às costas. Chamou ainda a atenção do senhor tesoureiro que disse também ter senhas a receber, e se não as recebeu foi porque não quis porque estava no executivo, não se pagou a si próprio e por isso foi incompetente. Acrescentou que quando alguém não se paga a si próprio não pode exigir aos outros que paguem aquilo que não recebeu. –



----- Usou depois da palavra o presidente da junta para responder a algumas questões, que referiu estra mais dentro do assunto. Começou por dizer que a festa do marisco não é comparável atento o saldo negativo de então e que não é verdade o mil para quinhentos, que quem está a querer atirar areia para os olhos das pessoas é o presidente da assembleia e não o executivo, acrescentando que o presidente da assembleia se está a pronunciar dessa forma por um documento previsional. Quanto ao autocarro desafiou o presidente da assembleia a provar que foi na ida ao preço certo, perguntando se o presidente da assembleia havia perguntado ou afirmado, ao que este disse ter perguntado. O presidente da junta disse então que não tinha que lhe responder nada porque já havia sido dito que o acidente com o autocarro tinha ocorrido na ida às jornadas mundiais da juventude e se não acredita no que o executivo diz é melhor não fazer perguntas e se tem dúvidas que vá tentar descobrir. Relativamente à questão do concurso público comentou que a pergunta vinda de quem já foi tesoureiro, já devia conhecer a lei e conhecendo a lei não tinha necessidade de fazer a pergunta, dizendo ainda que o presidente da assembleia devia estar atento ao contrato e se este tiver alguma ilegalidade, que esteja à vontade. Quanto à caução, referiu que é um valor de alguém que pura e simplesmente não se pode mexer, que tem que estar numa conta à parte. Prosseguiu dizendo que nunca ninguém falou do bolso do presidente da assembleia nem do ex-presidente da junta, que na reunião que tiveram com a Dra. Ilídia e com a Sandra, as funcionárias disseram que não havia dinheiro e foi para pagar salários entre outras coisas, o mesmo sucedendo com os valores recebidos com as concessões do cemitério e que com certeza foi passado o respetivo recibo. Quis que ficasse bem claro que nunca esteve em causa a honorabilidade, a honestidade e a seriedade das pessoas da sua parte e do seu executivo. Acrescentou quanto ao cemitério que a receção definitiva da obra, a bem ou a mal já foi feita com o Engenheiro Durval e que o que sabe é que há onze mil euros que tem que se pagar ao senhor Joaquim Sá e se o presidente da assembleia diz que o senhor Joaquim Sá ainda tem que pagar á junta onze mil mais os mil e seiscentos à empresa do Barreto da Avenida S. Januário, que também está a reivindicar e a ameaçar, que o Joaquim Sá ainda não ameaçou com tribunais, mas o Barreto já ameaçou que se ajunta não pagar os mil seiscentos e tal euros que vai para tribunal e se o anterior executivo der a informação das coisas tudo bem. A ser verdade e se tiver que ser, a junta vai ter que pagar aqueles valores, se o presidente da assembleia diz que a junta não tem que pagar, tem que receber, então teremos problemas e que estão recetivos a colaboração. Interveio o presidente da assembleia para dizer que fez uma pergunta muito simples e concreta que foi se a junta pode adjudicar à mesma empresa os sessenta mil euros. Em resposta o presidente da junta



disse que o contrato está feito nesse sentido. O presidente da assembleia esclareceu que quando esteve no executivo e quiseram adjudicar à mesma empresa, lhes foi dito que não podiam. O presidente da junta respondeu que percebe o que o presidente da assembleia está a dizer e que o lhes foi transmitido por quem percebe da matéria é que podia ser feito desta forma até para beneficiarem de uma taxa de iva de 6%. Pediu a palavra o membro Ânia Peixoto para pergunta se foi feita consulta prévia ou ajuste direto, tendo o senhor tesoureiro respondido que não foi ajuste direto e que foi feita uma consulta prévia a três empresas. O presidente da assembleia acrescentou que não pôs em causa a empresa em questão, a dúvida era saber se a adjudicação poderia ser feita à mesma empresa, porque até sabe que fazem um bom serviço enquanto que há outras que não, dando o exemplo da escola do facho e outras obras em gandra e marinhas com problemas que a câmara teve com empreiteiros que não cumpriram e que apenas lhe interessa que ajustem com uma pessoa que seja capaz e cumpridora daquilo que vai fazer. O presidente da junta disse então que é por isso que o processo está a demorar, porque o procedimento já saiu em abril e que algumas juntas já começaram a trabalhar, mas não sabe se fizeram bem ou mal o procedimento, nem quer saber. O presidente da assembleia referiu que há juntas que ainda não começaram o concurso e já estão a executar as obras, ao que o presidente da junta referiu saber que algumas juntas já fizeram obra, que não quer saber nem é problema seu se fizeram por ajuste direto e o que lhe interessa é que o procedimento de Apúlia e Fão foi bem feito e por isso é que demorou 8 meses. Interveio o senhor tesoureiro para esclarecer que no procedimento de consulta prévia, no caso de empreitadas de obras públicas o limite neste caso é até 150 mil euros e por isso não haverá aqui qualquer problema. Se no executivo anterior a ideia seria ajuste direto, o valor seria muito mais baixo para se poder adjudicar e por isso não seria possível adjudicar acima dos trinta mil, sendo que o limite era mais baixo e daí poderem adjudicar apenas a uma empresa. Quis depois o senhor tesoureiro exercer o seu direito de defesa da honra, dizendo que quando falou em terem valores a receber quis referir-se a valores do presente mandato, que nunca em nenhum momento se referiu ao mandato em que desempenhou de 2009 a 2013. Acrescentou que não quis receber os montantes em questão por uma questão de princípio, para pagar em primeiro lugar aos trabalhadores, aos fornecedores e mesmo havendo dinheiro não quiseram tomar a decisão e deixaram para o executivo ou quem vencesse as eleições seguintes, acrescentando que este é um princípio que o anterior executivo não teve quando fez um empréstimo para pagar os seus ordenados e deixou para este executivo uma dívida na segurança social de doze mil e quinhentos euros e acha que isto diz tudo da forma como as pessoas vêem a vida e como vêem as suas obrigações, sendo que



está neste executivo para fazer o melhor que sabe por Apúlia e por Fão. O presidente da assembleia dirigindo-se ao senhor tesoureiro pediu desculpa se interpretou os valores como sendo antes deste mandato, mas o senhor tesoureiro diz que quis pagar, mas foram-se embora e de junho a outubro até o executivo tomar posse não pagaram a mais fornecedor nenhum, tendo o senhor tesoureiro dito que isso é mentira. O presidente da assembleia, respondeu que é mentira, mas o anterior executivo é que teve que pagar e que não foi assim tão pouco, acrescentando que esteve 4 anos numa assembleia e não recebeu um tostão, mas houve pessoas que estiveram e que receberam e que deviam ter a cautela de não pagar a ninguém, mas como era da mesma cor, pagaram e aos outros, que eram do CDS e do PS não se paga, mas os PSD receberam e isso é que não se faz, a coerência era pagaram a uns, pagavam a outros e se não queriam pagar, não pagavam a ninguém. Acrescentou que até propôs numa fazer uma obra qualquer com o dinheiro da assembleia, que abdicava do dinheiro se todos abdicassem, mas ninguém quis saber. -----

----- Passou-se depois à votação do ponto 3: Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2024, que com **sete votos a favor, sendo seis do PSD e o voto de qualidade do Presidente da assembleia e seis votos contra da LIPAF e do PS**. O presidente da assembleia referiu que o executivo tem que trabalhar e respeitar as instituições e respeitar as pessoas que estão à frente delas e que não o estão a fazer, porque fazem de conta que a assembleia são uns zé ninguéns, neste caso, ele próprio e só pede que respeitem as instituições, que em momento nenhum chamaram ninguém para a elaboração do orçamento ou do plano de atividades e que tem que haver solidariedade e compromisso entre todos, que ali estão um conjunto de apulienses e fangueiros que têm de trabalhar para o mesmo fim. Acrescentou que espera que haja mais respeito e consideração e que se fale antes da elaboração de qualquer documento e que se tivessem uma maioria absoluta brincavam com toda a gente, pedindo novamente para não brincarem com isto e que o voto de hoje não é garantido amanhã. Interveio o presidente da junta para dizer que tem de falar depois do momento político do presidente da assembleia, que se farta de fazer discursos políticos e que se provou incoerência porque há bocado foi dito pela Dra. Ilídia Vale que introduziram pontos da lista da LIPAF e do PS e agora já não foram tidos nem achados. -----

----- O PS apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votamos contra e para este sentido de voto bastava o valor que assumem pretender gastar com o chafariz que já onerou as contas desta União, fora o prejuízo ambiental dessa decisão. Ademais, não soube este executivo justificar o aumento do valor das rubricas da festa do marisco, fazendo comparações inconcebíveis com as contas da festa do marisco de 2018,*

comparando um evento com uma envergadura extraordinária em 2018, com uns eventos básicos que nos apresentaram em 2022 e 2023. “ -----

----- A LIPAF apresentou a seguinte declaração de voto: -----



DECLARAÇÃO DE VOTO ORÇAMENTO/PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2024:

Este é o terceiro orçamento apresentado pelo atual executivo. E sendo o terceiro orçamento, supunha-se que o executivo com o tempo e experiência, conseguisse fazer mais qualquer coisinha. Mas nem isso.

Um orçamento que é mais do mesmo, ou seja nada!

A única coisa que retiramos deste orçamento é o esforço do senhor Tesoureiro na sua apresentação. Mas nem todo o esforço do senhor tesoureiro conseguiu dissipar as dúvidas e os erros manifestos nas previsões apresentadas – sim, sabemos que são apenas previsões! Mas as previsões têm que estar sustentadas. Têm que ter fundamento. E não encontramos, nem nos foi dada explicação cabal para o brutal aumento de algumas despesas. Ou para a manifesta falta de cabimento de outras.

O orçamento é o documento fundamental para a gestão desta União de Freguesias. Para além de falta de visão e estratégia, não há ambição neste executivo, que se vergou à vontade do senhor Presidente da Câmara. Outra coisa não seria de esperar de um presidente que é profissionalmente subordinado do município. Não há investimento, não há transferência de competências, não há capacidade sequer de reivindicação. Apenas gestão corrente. Vamos em três anos de estagnação.

Os cidadãos desta União de Freguesias são os que mais contribuem com os seus impostos para a receita da Câmara Municipal e são os que menos recebem.

Onde está o investimento prometido com o valor da venda do Edifício Pérola?

Vamos continuar a ter uma junta de freguesia estrangulada financeiramente porque o executivo não se consegue impor, não consegue reivindicar e vai culpando os outros pela sua incompetência e ineficácia. Vai recebendo umas migalhinhas e contenta-se.

Não nos contentamos. Fomos eleitos para defender os interesses na nossa terra. Este orçamento não serve os interesses dos apulienses nem dos fangueiros, que merecem muito mais.

Por tudo isto e com o sentido de responsabilidade que sempre norteou, e porque este orçamento não responde às necessidades da população de Apúlia e Fão, votamos contra.

Apúlia, 30 de Janeiro de 2024

Ally
Sandra Amélia Fernandes de Oliveira
Sempre com a gente
Joel Corralho Jaria

----- O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: -----



Declaração de Voto

Orçamento da Despesa da Receita para o ano de 2024

O Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Apúlia e Fão, **vota favoravelmente a Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita para o ano de 2024**, por entender que reflete a estratégia da Junta de Freguesia para o desenvolvimento dos nossos territórios, importando destacar que, apesar dos constrangimentos inerentes à capacidade de financiamento das freguesias, é representativo da ambição do executivo para concretizar as suas políticas e a realização de obras estruturantes para as nossas freguesias em colaboração com o Município de Esposende.

Apúlia, 30 de janeiro de 2024.

Sendo pelo Presidente da Junta de Freguesia
Liliana Garfém Ferreira
Pedro Manuel Alves H. J. Polito
Paulo Adérito Teixeira Pereira
Ivone Isabel Carvalho do Norte
Sara Vanessa O. Freitas Palmeira



----- Passou-se ao **ponto 4 da ordem de trabalhos: Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano 2024**. Foi dada a palavra ao senhor tesoureiro, Otilio Hipólito, que começou por dizer que, tal como já havia referido no ponto anterior, quer no que toca às despesas de capital, quer às receitas de capital, são despesas que estão previstas no plano plurianual e estão devidamente interligadas e este mapa já foi abordado no ponto anterior, disponibilizando-se para algum esclarecimento. Não havendo pedidos de esclarecimento, passou-se à votação do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2024, o qual foi aprovado com **seis votos a favor do PSD, 4 votos contra da LIPAF e 3 abstenções do PS e do Presidente da Assembleia (LIPAF)**. -----

----- A LIPAF reiterou o teor da declaração de voto do ponto anterior. -----

----- O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: -----



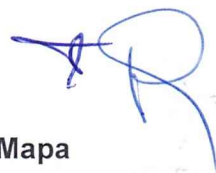
Declaração de Voto

Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2024

O Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Apúlia e Fão, **vota favoravelmente a Proposta de Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2024**, por entender que reflete a estratégia da Junta de Freguesia para o desenvolvimento dos nossos territórios, importando destacar que, apesar dos constrangimentos inerentes à capacidade de financiamento das freguesias, é representativo da ambição do executivo para concretizar as suas políticas e a realização de obras estruturantes para as nossas freguesias em colaboração com o Município de Esposende.

Apúlia, 30 de janeiro de 2024.

São Pedro Pinheiro do Sôlho M
Liliana Gonçalves Pereira
Rafael Manuel Alves Hipólito
Paulo António Teixeira Pereira
Ivone Isabel Carvalho do Monte
Sara Vanessa O. Freitas Palmeira



----- Passou-se ao **Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: Discussão e Votação do Mapa de Pessoal.** -----

----- Interveio o senhor tesoureiro para informar que não há qualquer alteração ao mapa de pessoal de 2022 e de 2023. -----

----- Dada a palavra aos membros da assembleia para pedirem esclarecimentos, interveio o membro Sandra Oliveira para perguntar se durante o ano de 2024 não prevêem que haja algum funcionário precário que deixe de o ser. O senhor tesoureiro referiu que este tópico já foi abordado em assembleias anteriores e que gostariam de até ao final do mandato regularizar diversas situações de trabalhadores, e que já existem vagas abertas para esse efeito. Interveio depois o Presidente da Assembleia para dizer que soube que houve funcionários que pediram aumento salarial e questionou se esse aumento foi concedido. O senhor tesoureiro respondeu que estão nesse momento a analisar o processo, indicando uma portaria em vigor relacionada com aceleração de carreiras. Acrescentou que fez essa questão à Direção Geral da Administração e do Emprego Público – DGAEP, porque a portaria refere que funcionários com mais de 18 anos, no processo de avaliação, possam subir de carreira remuneratória e o problema é que na junta de freguesia nunca houve avaliação dos funcionários e coloca a dúvida se a portaria será ou não aplicável a todos os funcionários, independentemente de existir ou não avaliação e não existindo avaliação como podem aplicar a portaria e aplicando a portaria como é que os funcionários possam progredir na carreira. O presidente da assembleia questionou então se este ponto estava na ordem de trabalho na reunião de executivo de ontem, ao que o senhor tesoureiro respondeu que não, dando nota que iria a reunião quando tivessem toda a informação necessária. -----

----- Passou-se à **votação do Mapa de Pessoal, o qual foi aprovado por unanimidade.** -----

----- O Presidente questionou depois se alguém do público queria intervir sobre os temas que foram discutidos, tendo pedido a palavra o cidadão Luis Peixoto, que no uso da mesma, referiu que ficou com a dúvida se o condutor do autocarro de Apúlia é sempre o mesmo para todas as deslocações. O Presidente da Assembleia referiu que sabe que o condutor do autocarro de Apúlia é o Vítor mas que se há outro que o conduz, não faz a mínima ideia. Dada a palavra ao presidente da Junta para responder, este não o fez. -----

----- Interveio ainda o Presidente da Assembleia para informar que lhe chegou um documento que é uma alteração permutativa, de modificações ao ano de 2023, que está aprovada no dia 21 de dezembro de 2023, que não chegou a esta assembleia no dia 30 de dezembro e questiona se tudo o que está nesta alteração permutativa é



efetivamente permutativo, ao que o senhor tesoureiro respondeu afirmativamente, que tudo é permutativo, que não há alteração nem da receita nem da despesa. O presidente da assembleia insistir em perguntar se tudo o que está no documento é permutativo ao que o senhor tesoureiro continuou a afirmar que sim e que esse ponto nem sequer estava na ordem do dia. O presidente da assembleia questionou que se este ponto não está na ordem de trabalhos, porque é que fizeram chegar o documento á mesa, ao que o senhor tesoureiro respondeu que se chegou, não foi da parte do executivo, reiterando que esse ponto não está na ordem do dia. Questionou então o presidente da assembleia porque é que o documento veio nos documentos do e-mail para a assembleia de hoje e se veio é porque era para discutir hoje e se queriam esconder, não o mandavam. Acrescentou que esse documento foi aprovado no dia 21 de dezembro e foi escondido da assembleia do dia 30 de dezembro e hoje por engano foi enviado para a assembleia, perguntando o que estão a esconder. O senhor tesoureiro disse que a alteração permutativa não tem que vir à assembleia, ao que membros Ilídia Vale e Sandra Oliveira se manifestaram no sentido que que a mesma tem de ser dada a conhecer à assembleia. O presidente da assembleia acrescentou que o documento não tem que ser votado, tem que ser dado conhecimento e que já que se enganaram colocou a questão. O Presidente da junta interveio para dizer que o executivo não se enganou, que os serviços é que se enganam e agora enganam-se cada vez mais. O presidente da assembleia repetiu a pergunta se todo o que consta do documento, sublinhado a amarelo é permutativo, tendo o senhor tesoureiro voltado a repetir que são todos permutativos, referindo também que o documento não está completo. O presidente da assembleia respondeu que se não está completo, deveria estar e perguntou novamente o que andam a esconder, voltando a afirmar que tem que ser dado conhecimento do documento á assembleia, que o dia a dia do executivo tem que ser escrutinado por esta assembleia que é um órgão deliberativo. O senhor tesoureiro referiu que já tiveram aquela discussão, tendo o presidente da assembleia voltado a referir que qualquer alteração permutativa tem que ser dada a conhecer à assembleia e exigiu que fosse dado esse conhecimento e se o documento veio por engano é mais grave ainda, porque esconderam uma coisa que a assembleia tinha de saber. Acrescentou que a interpretação que faz é que o que está no documento, não é tudo permutativo e se o documento veio por engano, que façam e não mandem fazer, não culpem os funcionários da própria incompetência, que os membros do executivo são pagos para trabalhar. -----

----- Findos os trabalhos, quando se preparava para proceder á leitura da minuta da ata, o membro Ilídia Vale, dirigiu-se ao presidente da junta para perguntar por que é que estava a rir, qual era a piada, acrescentando que até ao orçamento ser aprovado

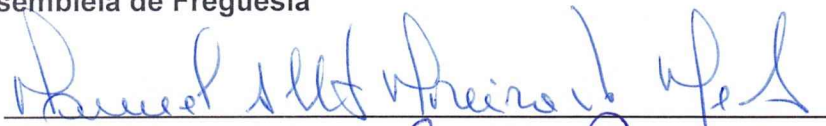
estava muito mansinho, mas agora que já tinha sido aprovado já se ria. Este respondeu que se o orçamento não fosse aprovado era problema da assembleia, acrescentando que não aprovaram as contas em Abril e a junta continua a trabalhar e não o afeta se aprovam ou não aprovam. O membro Ilídia Vale comentou então que aquela atitude demonstrava o respeito que o presidente da junta tem por aquela assembleia, acrescentando que não aprovou coisa nenhuma e que tem a sua declaração de voto anexa à ata. -----

----- Foi depois lida a minuta da ata e submetida a votação, a qual foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -----

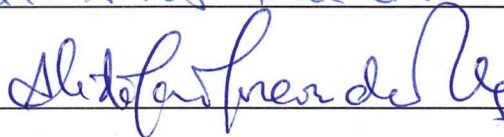
----- Sendo vinte e três horas e cinquenta e dois minutos o Presidente da Assembleia declarou encerrada a presente sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Apúlia e Fão. -----

A Mesa da Assembleia de Freguesia

O Presidente:



A Primeira Secretária:



A Segunda Secretária:

LISTA DE PRESENCAS

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO

30 de JANEIRO DE 2024

NOME	ASSINATURA
Liliana Gaifém Ferreira	Liliana Gaifém Ferreira
João Pedro Pires Morais da Silva Mota	João Pedro Pires Morais da Silva Mota
Ivone Isabel Carvalho do Monte	Ivone Isabel Carvalho do Monte
Maria Filomena Rolo Moreira	Maria Filomena Rolo Moreira
Manuel Virgílio Soares Gomes	Manuel Virgílio Soares Gomes
Francisco Sérgio Duarte Barbosa	Francisco Sérgio Duarte Barbosa
Manuel Alberto Moreira de Melo	Manuel Alberto Moreira de Melo
Ilídia Maria Moreira do Vale	Ilídia Maria Moreira do Vale
Júlio Gabriel Ferreira Monteiro	Júlio Gabriel Ferreira Monteiro
Sandra Amélia Fernandes Oliveira em substituição	Sandra Amélia Fernandes Oliveira
Fernando Joel Carvalho Faria	Fernando Joel Carvalho Faria
Ânia Martins Peixoto	Ânia Martins Peixoto
Madalena Pedrinha Fontes	Madalena Pedrinha Fontes